



Câmara Municipal de Juquiá

Comprovante de Protocolo

Número do Protocolo	2020180
Ementa	PROJETO DE LEI Nº 27/2020
Autor	Renato de Lima Soares
Tipo da Matéria	Projeto de Lei

Documento protocolado por **Lais** em **31/07/2020 11:40:00**

Juquiá, 30 de Julho de 2020.

MENSAGEM Nº 27/2020

Senhor Presidente;

Encaminhamos para apreciação e aprovação o projeto de lei nº 27/2020, que institui a obrigatoriedade de melhores condições de vida as árvores urbanas criando o local específico e dispõe sobre conceito, parâmetros, disciplina e instalação do "ESPAÇO ÁRVORE" no Município de Juquiá e dá outras providências.

Esta lei está sendo proposta com a finalidade de compor os requisitos do Programa Estadual Município Verde Azul, lançado em 2007. No ano de 2019, foi lançado o Programa Município Agro, agregando-se ao Programa Verde Azul.

Ambos os programas governamentais são de extrema importância para o engajamento municipal, possibilitando-nos a ser visualizado e amparado e pontuado em projetos futuros, atuando no direcionamento e valorização do produtor, promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

Solicitamos a especial atenção de Vossa Excelência e dos nobres Vereadores para a pronta aprovação.

Respeitosamente;



RENATO DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
NAZEM JAZE
Presidente da Câmara Municipal
Juquiá/SP

PROJETO DE LEI Nº 27/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Institui a obrigatoriedade de melhores condições de vida as árvores urbanas criando o local específico e dispõe sobre conceito, parâmetros, disciplina e instalação do “ESPAÇO ÁRVORE” no Município de Juquiá e dá outras providências.

RENATO LIMA SOARES, Prefeito Municipal de Juquiá, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

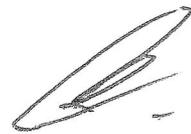
**CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E DEFINIÇÃO**

Art.1º. Fica criado o “Espaço Árvore” no Município de Juquiá, nos viários de calçadas de espaços públicos e calçadas de novos loteamentos, com a finalidade de proteger, preservar, demarcar e especificar a localização destinada à árvore, possibilitando que haja maior e melhor área para adequação das raízes contribuindo com respectivo desenvolvimento, fixação, melhorando as condições de irrigação, nutrição e a conseqüente diminuição de quedas, doenças, e possível aumento de sua vida útil.

Parágrafo Único: O “Espaço Árvore” deve ser instalado:

- I – No viário em calçadas de espaços e/ou prédios públicos;
- II – Nas calçadas nos novos loteamentos.

Art.2º. Constitui o “Espaço Árvore”, constituído em área ou espaço que contenha única e exclusiva a árvore. O local será licenciado, demarcado e implantado nas calçadas dos novos loteamentos, ou espaços ou prédios públicos com prévia autorização do órgão competente, onde a árvore poderá vir a ser extraída e substituída, bem como alterar a localização do “Espaço Árvore” em frente ao imóvel, caso seja inviabilizado sua implantação. Para escolha da melhor espécie a ser plantada recomenda-se a utilização do Plano de Arborização Municipal, anexo I do Decreto nº 578/2010, de 19/10/2010, que possui especificações para a melhor escolha e forma de plantio e orientações.



Parágrafo 1º. A área destinada ao “Espaço Árvore” poderá ser transferida de acordo com adequações necessárias estruturais de saneamento, energia e comunicação. Se alterada sua localização, deverá ser respeitado prioritariamente para outro espaço ou prédio público preferencialmente e seguido em escolha por um novo loteamento.

Parágrafo 2º. Caso o exemplar arbóreo se encontre em local de situação de risco, a moradias e transeuntes e circulação de veículos e expedição de Laudo Técnico pela Defesa Civil sobre os riscos da referida supressão no artigo 2º. do Decreto nº 578, de 19/10/2010. Esta condição encontra respaldo na supressão pelas Leis Municipais nºs 405 e 406, de 18/05/2010 e Decretos nº 578 e 579, de 19/10/2010 onde receberá autorização de supressão mediante assinatura do Termo e Condições de Compensação Ambiental (TCA) conforme Anexo II, do Decreto nº 578/2010.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS E DIRETRIZES

Art.3º. O “Espaço Árvore” deve ter como medidas mínimas a largura de 40% (quarenta por cento) da largura da calçada e para o comprimento, o dobro da metragem da largura, respeitando sempre as medidas que concerne à acessibilidade.

Art.4º. Todo “Espaço Árvore” em nível de projeto do novo loteamento ou espaço público deverá ser identificado com dimensões e suas coordenadas identificadas em placas cimentadas ao lado.

CAPÍTULO III DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Art.5º. O “Espaço Árvore” considera sua instalação no Município de Juquiá em um período de 12 (doze) anos, onde nos 3 (tres) primeiros anos deve estar priorizado a instalação nos espaços e/ou prédios públicos.

Art. 6º. O “Espaço Árvore” no viário de espaços e prédios públicos de todo o município será nas áreas de calçadas que tenham no mínimo 2,0m (dois metros) de largura, será usado o valor de 40% (quarenta por cento) ou seja, 80 cm (oitenta centímetros) de largura e 160 cm (cento e sessenta) centímetros de comprimento.



Parágrafo Único. No primeiro ano de sua implantação o “Espaço Árvore” deverá objetivar execução de 30% (trinta por cento) nos espaços ou prédios públicos, 30% no segundo ano e 40% no terceiro ano.

Art.7º. O “Espaço Árvore” para novos loteamentos, deve ser instalado na área de calçadas que devem ter no mínimo de 2,0 m (dois metros) de largura, considerando 40% (quarenta por cento) desta, teremos um “Espaço Árvore” com 80 cm (oitenta centímetros) de largura e 160 cm (cento e sessenta centímetros) de comprimento.

Parágrafo 1º. Para que haja uma convivência minimamente harmoniosa entre os atores e elementos componentes da paisagem urbana, torna-se absolutamente necessário que as calçadas de novos loteamentos tenham no mínimo 2,0 m (dois metros) conforme consta na Lei Municipal nº 909, de 17 de dezembro de 2019, que estabelece o Plano Diretor Municipal.

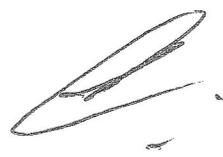
Parágrafo 2º. Calçadas abaixo de 2,0 m (dois metros) de largura poderão ser utilizados para o “Espaço Árvore” com uso do leito carroçável ou pela isenção do plantio para esta localidade em questão, destinado ao outro espaço público ou um novo loteamento diverso, de acordo com parecer da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo 3º. Os projetos “Espaço Árvore” de novos loteamentos ou espaços públicos, serão protocolados junto a Secretaria de Planejamento, Obras e Trânsito e revisados dentro das especificidades avaliadas obtido um parecer pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.8º. Aquelas calçadas denominadas ecológicas que contemplam todo o espaço disponível das áreas de serviço das calçadas podem incorporar mais de um espaço árvore.

CAPÍTULO IV FISCALIZAÇÃO

Art.9º. A fiscalização da instalação do “Espaço Árvore” nos novos loteamentos deverá ser objeto de competência da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e/ou do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que emitirá parecer relativo ao assunto e seguirá para direcionar as ações ativas, corretivas, advertências e emissão de penalidades.



CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art.10. Em caso de descumprimento da Lei caberão as seguintes penalidades: advertência e multa, de no mínimo 10 UFESPs, sem prejuízo da obrigação de recompor o “Espaço Árvore”.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

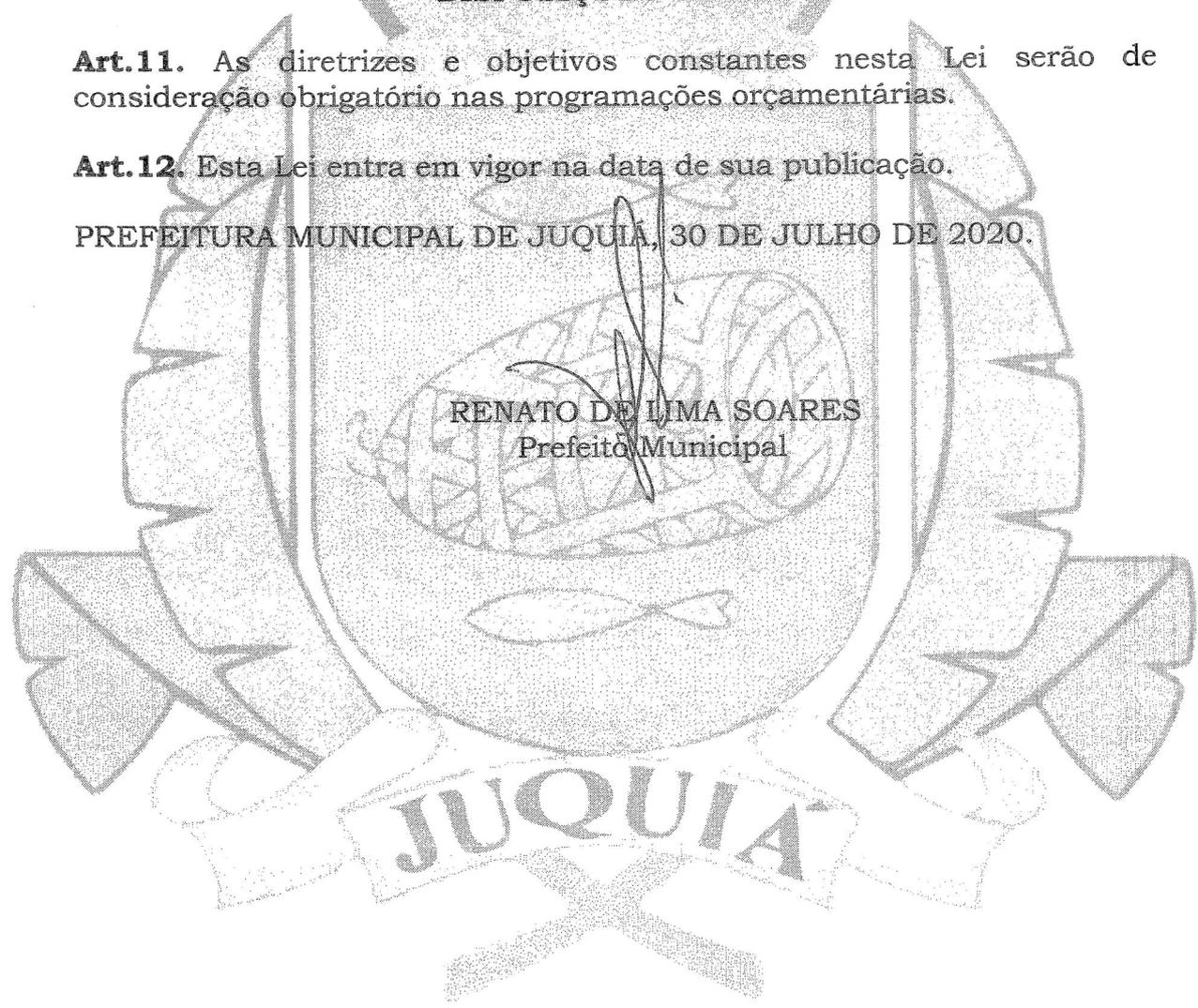
Art.11. As diretrizes e objetivos constantes nesta Lei serão de consideração obrigatório nas programações orçamentárias.

Art.12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, 30 DE JULHO DE 2020.



RENATO DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal



JUQUIÁ